



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0010323-64.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Concessão**  
 Requerente: **Alice Costa**  
 Requerido: **São Paulo Previdência Spprev**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Mario Massanori Fujita**

**VISTOS.**

**ALICE COSTA** ajuizou ação condenatória com pedido de antecipação de tutela em face da **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV**, alegando, em síntese, que é separada judicialmente do Sr. Irineu Lombardi, falecido em 10/12/2010, ex-contribuinte da requerida. Quando da separação consensual, ficou acordado que o falecido pagaria 30% dos seus vencimentos líquidos à autora. Aduz que a SPPREV negou o benefício de pensão por morte em 23 de agosto de 2012 sob o argumento de que autora não cumpriu os requisitos legais.

Pediu a implantação do benefício em sede de antecipação de tutela e, ao final, a condenação da SPPREV ao pagamento da pensão desde o falecimento do ex-contribuinte ou desde a data do requerimento administrativo. Juntou documentos.

A antecipação de tutela foi indeferida a fls.53.

Citada, a ré apresentou contestação a fls.61/64, aduzindo que não há prova de que o falecido prestava alimentos à autora na época do seu óbito. Isso porque ela não havia apresentado a certidão de objeto e pé do processo em que os alimentos foram reconhecidos. Alegou, ainda, que o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

valor do benefício, se devido, deve ser limitado à quantia percebida a título de alimentos e que a data do início do benefício deve ser a data da citação. Juntou documentos.

**É O RELATÓRIO.**  
**CUMPRE DECIDIR.**

O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, inciso I, do CPC, eis que a matéria controvertida é exclusivamente de direito.

Discute-se nos presente feito se a autora possuía relação de dependência com o *de cujus* a justificar o recebimento da pensão por morte.

A SPPREV sustenta que solicitou à autora o envio da certidão de objeto e pé da ação de separação, mas a requerente manteve-se inerte.

Porém, conforme se observa dos documentos de fls.13/17, a autora formulou o pedido de expedição de certidão de objeto e pé ainda em 30 de setembro de 2011 (fls.13), mas a certidão apenas foi disponibilizada em junho de 2012 (fls.16/17). Diante disso, não houve desídia da autora, que não pode ser penalizada pena morosidade na expedição da certidão de objeto e pé.

De outro lado, a certidão copiada a fls.16 é clara em apontar que a autora percebia pensão do ex-cônjuge no valor correspondente a 30% de seus vencimentos líquidos, comprovando, portanto, a sua condição de dependente à época do óbito.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

A pensão por morte, portanto, é devida nos termos do art. 150, da Lei Complementar Estadual nº 180/78, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 1012/07, devendo ser limitada ao valor da pensão alimentícia recebida do *de cujus* (30% de seus vencimentos líquidos).

O benefício deve retroagir à data da entrada do requerimento administrativo, ocorrido em 14/03/2011, consoante prevê o art. 148, §3º, da legislação supra citada, ressaltando, ainda, que não houve desídia por parte da autora, que formulou tempestivamente o pedido de expedição da certidão de objeto e pé.

O valor da condenação deverá ser acrescido de correção monetária desde quando referidos montantes se tornaram devidos e juros de mora desde a citação, observado o art. 1º-F, da Lei nº 9494/97 e a Lei nº 11.960/2009. Aplica-se, até a modulação dos efeitos da ADI nº 4357 em trâmite no STF, o art. 1º-F, da Lei nº 11.960/09, tendo em vista o seguinte precedente:

“CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. Aplicação dos critérios estabelecidos pelo art. 1-F da Lei 9.494/97, com a nova redação conferida pela Lei nº 11.960/09, a partir de sua vigência, sendo que os juros deverão incidir desde a citação e a correção monetária a partir da data em que as parcelas tornaram-se devidas. Ausência de modulação dos efeitos do julgamento da ADI 4357. Aplicabilidade da Lei 11.960/09, nos termos do Comunicado nº 276/2013 da Presidência deste Tribunal de Justiça.” (TJSP - Apelação nº 0039172-67.2012.8.26.0053 – Rel. Des. CLAUDIO AUGUSTO PEDRASSI)

#### **DISPOSITIVO:**

ISTO POSTO, **julgo PROCEDENTE a demanda**, nos termos do art. 269, inc. I, do CPC, para o fim de determinar a implantação do benefício de pensão por morte, nos termos do art. 150, da Lei Complementar Estadual nº 180/78, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

1012/07, devendo ser limitada ao valor da pensão alimentícia recebida do *de cujus* (30% de seus vencimentos líquidos), e para condenar a ré ao pagamento dos atrasados, a partir de 14/03/2011, acrescido de correção monetária desde quando referidos montantes se tornaram devidos e juros de mora desde a citação, observado o art. 1º-F, da Lei nº 9494/97 e a Lei nº 11.960/2009.

Custas e despesas processuais pela parte ré, bem como honorários advocatícios devidos ao requerente, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 20, §4º, do CPC.

Sentença **dispensada** do reexame necessário nos termos do art. 475, §2º, do CPC.

**P. R. I.**

São Paulo, 17 de outubro de 2014.

**MARIO MASSANORI FUJITA**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**